

O movimento estudantil paraense e a comunicação alternativa na Ditadura Militar de 1964-1985¹

AMORIM, Célia Regina Trindade Chagas (Doutora)²
SILVA, Lanna Paula Ramos da (graduanda)³
Universidade Federal do Pará, Belém/Pará

Resumo: O presente artigo faz uma análise do movimento estudantil paraense durante a Ditadura Militar de 1964-1985 e sua imprensa alternativa, importante canal de comunicação por onde circularam informações estratégicas de mobilizações e ações da categoria contrárias à nova ordem instituída. Destacam-se, neste trabalho, as atuações de três jornais produzidos pelos estudantes da Universidade Federal do Pará (UFPA): *O Papagaio* (1967), *O Nanico* (1979) e o *Alternativa* (1977). Os universitários encontraram, nesta imprensa, uma forma de tornar públicas as perseguições sofridas dentro do campus do Guamá, envolvendo professores e estudantes considerados subversivos. Nas páginas dessa imprensa havia também a negação da concepção bancária de educação (Paulo Freire, 2011), que deformava a criatividade educacional. Este artigo faz parte da investigação do projeto Mídias Alternativas na Amazônia, que está mapeando as pequenas formas de comunicação contra hegemônica na região.

Palavras-chave: Movimento Estudantil. Imprensa Alternativa. Ditadura Militar.

Introdução

No ano em que se celebra os 30 anos de redemocratização no Brasil, muitas questões relativas ao período comandado pelos militares (1964 a 1985), ainda precisam ser debatidas e devidamente esclarecidas para, cada vez mais, destronar a idéia de que a Ditadura Militar era e ainda é o melhor caminho para o país sair de períodos de crises. Era produto do pensamento ditatorial, por exemplo, a política de Segurança Nacional de inspiração estadunidense, baseada na ideia de manutenção da ordem social e no controle e vigilância permanentes a grupos considerados subversivos. Sobre a Doutrina de Segurança Nacional, Moraes declara:

A Doutrina de Segurança Nacional teve origem nos Estados Unidos, no final da Segunda Guerra - **1945**, e estabelecia que os americanos apoiariam os povos livres que resistissem a todas as tentativas de dominação comunista. [...] No Brasil, criaram-se organizações contra o

¹Trabalho apresentado no GT de História da Mídia Alternativa, integrante do 10º Encontro Nacional de História da Mídia, 2015.

² Professora Dr^a da Faculdade de Comunicação e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Cultura e Amazônia da Universidade Federal do Pará (UFPA). Coordenadora do Projeto de Pesquisa Mídias Alternativas na Amazônia – CNPq-UFPA. Vice-diretora da Faculdade de Comunicação. Email:celia.trindade.amorim@gmail.com

³ Graduanda do 5º semestre do Curso de Comunicação Social – Jornalismo da Universidade Federal do Pará, bolsista do Projeto de Pesquisa Mídias Alternativas na Amazônia PIBIC/UFPA - AF. E-mail: lannapaular@gmail.com.

inimigo baseadas na teoria da “educação para a guerra”. Por essa doutrina, não existia diferença entre tempo de guerra e tempo de paz. No combate aos subversivos, a luta era contínua. E, assim, toda pessoa deveria se comportar como um soldado, pronto para o confronto. (Moraes, p. 71, 2014, *grifo nosso*).

O apoio das elites e de grande parte da grande imprensa foi fundamental para a consolidação do autoritarismo. A corrente contrária à doutrina dos militares - como parcelas de trabalhadores da cidade e do campo, grupos de moradores da periferia, sindicalistas, políticos de esquerda, universitários e jornalistas - foi duramente perseguida. Houve torturas, mortes e exílios. Mas, jamais o silêncio.

Os operários brasileiros realizaram duas grandes greves em 1968 que se transformaram em manifestações públicas: uma em Osasco (SP) e outra em Contagem (MG). De acordo com Ricardo Antunes e Marcelo Ridenti (2007), os trabalhadores protestaram contra a repressão da ditadura e contra as políticas governamentais dos militares dentro dos sindicatos. Desde o golpe, os sindicatos ficaram tutelados aos militares que elegiam para as presidências dos sindicatos seus representantes, chamados de pelegos⁴.

Essas manifestações dos operários foram, segundo Antunes e Ridenti, a primeira resposta da categoria à ditadura militar. Mas houve resposta. Os militares desecadearam uma forte repressão, especialmente direcionadas aos que tinham vínculos com o PCB e ao sindicalismo sob seu comando.

A repressão ao movimento operário e sindical era condição necessária para que o golpe militar de 1964 pudesse criar novos condicionantes para a expansão capitalista e sua maior internacionalização no Brasil. (ANTUNES e RIDENTI, 2007, p. 85).

Assim como a classe operária, o movimento estudantil protagonizou intensas lutas contra a ditadura, acirradas a partir do decreto assinado pelo presidente Costa e Silva, em 13 de dezembro de 1968, instalando o Ato Inconstitucional Número Cinco (AI- 5) que levou o Brasil a fase mais repressiva. O AI-5 extinguiu as liberdades civis, colocou os parlamentares em recesso e garantiu plenos poderes ao governo dos militares.

⁴ De acordo com Monteiro, Pelego era o grupo detentor do poder políticos dos sindicatos. O nome “pelego” era um empréstimo da imagem das mantas de pelo de carneiro usadas para amaciar montarias, associando ao papel de amortecedores da exploração, cumprindo pelos dirigentes sindicais subordinados aos poderosos locais. Ver Monteiro (1996, p. 39).

O movimento estudantil brasileiro

Apesar de o movimento de 1968 de estudantes e operários franceses ter influenciado diversos outros pelo mundo, aqui no Brasil as manifestações por parte de estudantes e operários se iniciaram antes, em 1966. Um dos fatos que contribuíram para o início das manifestações estudantis foi o acordo MEC-USAID (United States Agency for International Development), assinado entre o Brasil e a USAID, que previa estratégias desnacionalizadoras para a educação brasileira. De acordo com Fabiana Pina (2008):

[..] o acordo MEC-USAID, e, principalmente a atuação da USAID, não somente no Brasil, mas em todos os países periféricos, podem ser compreendidos como uma ação dos EUA para garantir a vigência do sistema capitalista nestes países e transferir para estes as concepções e a organização social, política e econômica que prevalecia nos Estados Unidos. (PINA, 2008, pág 1).

A primeira manifestação ocorreu em Belo Horizonte, em março de 1966 e, posteriormente, surgiram outras em solidariedade aos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná e Espírito Santo. (Moraes, 2014, p. 87).

Um marco histórico da luta dos estudantes foi protagonizada na capital do Rio de Janeiro. Para reivindicar uma nova política educacional e lutar contra a ditadura, em 1968 estudantes se reuniam no restaurante estudantil carioca, “Calabouço”, um dos símbolos de luta da juventude brasileira dos anos 60 do século passado.

Em 28 de março de 1968, a polícia invadiu o restaurante Calabouço, gerando o primeiro grande conflito de rua daquele ano. Vários estudantes ficaram feridos e foi morto o secundarista Edson Luís de Lima Souto, cujo corpo foi levado para a Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro. Passeatas de protesto espalharam-se pelo resto do país onde, em Goiânia, a repressão policial matou mais um estudante. (ANTUNES e RIDENTI, 2007, p.81).

Após o assassinato do estudante paraense Edson Luís de Lima Souto, ampliaram-se as insatisfações, que já estavam presentes em três anos de governo militar. Foi uma espécie de desencadeador de diversas manifestações de ruas que explodiram nos anos seguintes. O ápice dessas manifestações ocorreu em 26 de junho de 1968 quando 100 mil pessoas saíram às ruas contra o regime militar. “Abaixo a ditadura militar” foi o principal grito e estampa das bandeiras da chamada “Passeata dos Cem

mil” realizada na Cinelândia, no Rio de Janeiro, que mobilizou não apenas estudantes, mas pessoas de todas as classes sociais: artistas, freiras, donas de casa, intelectuais, sindicalistas, entre outros. O governo militar se viu impotente diante do número de manifestantes e assim não houve repressão ao movimento (MORAES, 2014, p. 94). No entanto, a época de chumbo estava longe de acabar.

Movimento estudantil no Pará

No Pará os estudantes também não ficaram alheios à ditadura militar. Houve varias lutas e manifestações contra o regime autoritário. Uma delas foi em protesto à morte de Edson Luís. O professor da Universidade Federal do Pará, Roberto Corrêa, que em 1968 cursava Economia na UFPA, e escrevia no jornal alternativo *O Papagaio*, juntamente com outros estudantes, foram os responsáveis pela convocação da manifestação pela morte do estudante paraense. Nas palavras de Machado, registra-se a organização da passeata paraense contra a ditadura militar:

Quando soube da passeata dos 100 mil no Rio de Janeiro, motivada entre outras coisas, pela morte do estudante paraense Edson Luiz, no restaurante Calabouço, Corrêa e os companheiros do *Papagaio* convocaram, a partir de diversos editoriais, uma passeata nos moldes da carioca. A passeata saiu da Faculdade de Medicina - UFPA, na Avenida Generalíssimo e seguiu até a Avenida Presidente Vargas (MACHADO, 2014, p. 25, grifo nosso).

Essa manifestação organizada pelos universitários paraenses demonstra a atuação do movimento estudantil no estado contra a ditadura. O movimento era ativo nas reivindicações por reformas que ecoavam antes mesmo do golpe. A sede central da categoria era a União Acadêmica Paraense – UAP. O posicionamento político e ideológico da UAP, de acordo com Ronaldo Barata, que no período era universitário e militante do Partido Comunista Brasileiro, era a transformação do mundo e a justiça social. Nas palavras de Barata:

O importante a ser ressaltado é que a UAP congregava um juventude alimentada pelo sonho de que seria capaz de transformar o mundo e acabar com as graves injustiças sociais, não se permitindo a imobilidade política. [...]. A UAP, no início de 1964, transformou-se numa grande caixa de ressonância onde ecoavam as ideias e posições dos diversos grupos de esquerda. Nem por isso ficou subjugada ou se deixou

manobrar por esta ou aquela agremiação política. Adotando uma postura fundada no princípio da liberdade de pensar e agir, a UAP estava inserida num contexto em que diferentes segmentos ideológicos se faziam presentes. (BARATA,...[et al], 2014, p. 127).

A UAP, assim como outras organizações de estudantes, estava ligada à União Nacional de Estudantes, a UNE, e por isso realizou em Belém o Primeiro Seminário Latino Americano de Reforma e Democratização do Ensino Superior – ISLARDES para discutir a reforma universitária, principal bandeira de luta do movimento. (Pedro Galvão,... [et al], 2014).

A cerimônia de abertura do Seminário, que aconteceria no auditório da antiga Faculdade de Odontologia, localizada na Praça Batista Campos, no dia 30 de março de 1964 – dois dias antes do golpe – foi marcada pela invasão conhecida como “a invasão dos lenços brancos”. Essa ação foi organizada por grupos de direita do estado do Pará como relata Pedro Galvão: “era pra ser uma ação sincronizada entre os invasores, filhos de fazendeiros em sua maioria, e uma força da Polícia Militar do Estado” (Pedro Galvão,... [et al], 2014, p. 25). A invasão dos lenços brancos mostrou aos universitários paraenses o que estava por acontecer no cenário nacional.

A ação foi rápida. Jovens, em sua maioria, filhos de tradicionais famílias paraenses, com lenços brancos amarrados ao pescoço, invadiram o recinto e empastelaram a cerimônia. Soube, depois, que a precipitação do Leonardo e do Mickey Lobato, líderes dos arruaceiros, impossibilitou a ação truculenta que uma guarnição da Polícia Militar, atrasada, iria realizar. (BARATA, ... [et al], 2014, p. 133).

No dia 1º de abril com o anúncio do deslocamento das tropas de Minas Gerais para a tomada do poder, Ronaldo Barata observou (2014), que a UAP se transformou num centro de informações onde os estudantes solicitavam esclarecimentos sobre a chegada dos militares ao poder. Os estudantes paraenses aguardavam com esperanças informações que garantissem o fracasso do golpe arquitetado pelos militares opositores a João Goulart.

Com ansiedade, a toda hora esperávamos que as rádios noticiassem que os comandados do general Assis Brasil haviam tomado o Palácio da Guanabara e prendido Carlos Lacerda; que aviões pilotados por oficiais seguidores de Jango, com 3 ou 4 bombas haviam paralisado o deslocamento das tropas mineiras a caminho do Rio de Janeiro; que o General Krueel, comandante do II Exército ficara fiel ao juramento constitucional de defesa das instituições democráticas. Sonhos, não mais que sonhos... (BARATA,...[et al], 2014, 134).

Após a tomada definitiva do poder pelas tropas militares os estudantes paraenses sofreram a primeira repressão, ainda no dia 1º de abril. A sede da UAP, sendo ponto de encontro dos estudantes paraenses, era considerada um local de subversão, e por isso foi um dos primeiros locais a ser tomado pelos militares. O coronel do Exército José Lopes de Oliveira, conhecido como “peixe-agulha”, invadiu com suas tropas a sede. Esse episódio foi marcado pela violência e prisões dos representantes da UAP, como o presidente da organização, Pedro Galvão. Esse episódio é relatado no livro *Relatos Subversivos: os estudantes e o golpe no Pará* (2014) que conta com o depoimento de diversos personagens importantes do movimento estudantil paraense, como Pedro Galvão, João de Jesus Paes Loureiro, Ronaldo Barata, entre outros.

Na universidade Federal do Pará o poder do regime se fazia presente através dos reitores e órgãos de informações implantados no campus do Guamá para combater os estudantes e professores considerados subversivos. De acordo com a historiadora Edilza Fontes, “em 1970, temos conhecimento da implantação da ASI - Assessorias Especiais de Segurança e Informação - na UFPa por um documento dirigido ao reitor Clóvis Malcher, solicitando estrutura e indicando servidores a serem contratados pela universidade⁵” (FONTES, 2014, p. 8). Além da constante vigilância, a ASI também enviava documentos para os reitores com nomes de professores que não deveriam ser contratados, como Jesus de Paes Loureiro, Roberto Cortez e Egídio Sales. (FONTES, 2014, p.9).

Jesus de Paes Loureiro, por exemplo, já tinha um histórico de luta conhecido na UFPa, onde cursou Direito e Letras. Foi testemunha em 1964 da invasão da UAP, lá teve seu primeiro livro de poemas, intitulado *Tarefa*, confiscado pelos militares. Paes Loureiro sofreu perseguições por conta de sua militância nos movimentos estudantis paraenses (UAP) e nacionais (UNE), chegando a ser preso, torturado e impedido de exercer o magistério mesmo sendo aprovado em concurso público⁶.

Eu fizera três concursos abertos para ampliação de quadro na área de Letras e Filosofia da UFPa. Aprovados em todos, fui impedido de ser

⁵ Ofício circular n. 001834, GR/04/75, confidencial. Belém, 6 de junho de 1975. Ver Fontes, 2014.

⁶ **Consultar:** UFPa Multimídia. A UFPa e os anos de Chumbo: Memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985). FONTES, Edilza Joana Oliveira. **Entrevista com Jesus Paes Loureiro.** Disponível em < <http://www.multimidia.ufpa.br/jspui/handle/321654/1279?mode=full>> . Acesso 04. Maio 2015.

contratado por veto do SNI, seção que vigiava as Universidades. Numa das vezes, inclusive, já estava ministrando a primeira semana de aula. (...) Em 1976 (...) passei em primeiro lugar tanto em Introdução à Filosofia como História da Arte. Estava amparado por lei. Em 1977 pude ser contratado. (PAES LOUREIRO, 2014. p.268).

Os abusos cometidos pelos militares dentro da universidade não se restringiram aos professores, em 10 de maio de 1980 o estudante de Engenharia Elétrica, César Moraes Leite, foi morto por um tiro dentro da sala de aula na Universidade Federal do Pará, pavilhão F. O disparo que atingiu César Moraes foi efetuado pelo militar Dalvo Monteiro de Castro Júnior, agente da polícia Federal (BRITO, 2004, p. 26).

A morte de César Moraes em 1980, assim como a morte de Edson Luís em 1968, desencadearam diversas manifestações em repúdio à ditadura e contra a presença dos militares dentro das universidades.

No dia 17 de março de 1980, segunda feira às 17 horas, nunca o Ginásio de Esportes da UFPA, local onde ocorreu o ato ecumênico de César recebeu tanta gente. Tomado por perto de 3.000 pessoas portando faixas pretas simbolizando o luto e cartazes com dizeres de repúdio ao regime autoritário e sua política de corte de verbas, o ginásio também aportou um dos Atos Ecumênicos mais políticos da história de Belém. Várias entidades civis e religiosas participaram (BRITO, 2004, p. 30)

A resistência apresentada pelos estudantes se mostrou de diversas maneiras: nas manifestações de rua, militâncias dentro de partidos políticos, luta armada e também através da imprensa alternativa que serviu como forma de comunicação entre a classe estudantil.

Diante da censura imposta ao país no período ditatorial, a comunicação alternativa dos estudantes paraenses, neste artigo destacada pelos pequenos jornais impressos, foi a forma de os estudantes documentarem suas lutas, denunciarem as atrocidades do regime e informarem aqueles que partilhavam do sentimento de indignação e revolta pelo governo militar.

A comunicação alternativa do Movimento Estudantil Paraense.

A ditadura militar possuiu estratégias para se manter no poder e uma delas foi a censura aos meios de comunicação. A finalidade era impedir que notícias contrárias ao

regime chegassem ao alcance da população. Para a sustentação da ditadura, houve aliança dos militares com os grandes jornais e outros veículos de comunicação do Brasil. A grande maioria apoiou o novo governo. Quem ficava de fora, era duramente perseguido.

Enquanto a grande imprensa se aliava ao governo, a imprensa alternativa se configurava como forma de luta pela democracia e direitos humanos. Sobre as características de uma comunicação alternativa, a pesquisadora Cicilia Peruzzo declara:

No conjunto, a comunicação alternativa representa uma contra – comunicação, ou uma outra comunicação, elaborada no âmbito dos movimentos populares e “comunidades”, e que visa exercitar a liberdade de expressão, oferecer conteúdos diferenciados, servir de instrumento de conscientização e , assim democratizar a informação e o acesso da população aos meios de comunicação, de modo a contribuir para transformação social (PERUZZO, 2008, p. 2).

E é com o desejo de transformação do mundo e lutar por um país democrático que a imprensa alternativa denunciava os abusos cometidos pelos militares para camadas da sociedade, que tinham acesso aos pequenos jornais. Os periódicos podiam ser encontrados em várias capitais do Brasil. Desde o Rio de Janeiro que possuía alternativos como: *Opinião* (1972), *O Pasquim* (1969); e São Paulo: *Bondinho* (1970), *Versus* (1976) e *Amanhã* (1977) dentre outros; até em estados significativos do Norte do país como Pará e Amazonas. Nesses estados a produção de alternativos não se encontrava somente nas capitais Belém e Manaus. A imprensa alternativa foi muita significativa no interior da região Amazônica.

Os estudantes encontraram, na imprensa alternativa, uma forma de tornar públicas suas reivindicações que perpassavam as políticas educacionais, perseguições dentro das universidades, censura, e no caso amazônico, os diversos projetos de desenvolvimento geopolítico para região que trouxeram, na sua maioria, o aumento da pobreza e das injustiças sociais. Assim, pelos alternativos (jornais, panfletos ou boletins) circulavam reportagens críticas e opinativas, divulgação de eventos e agendas, mobilizações, articulações de estratégias para lutar pela democracia.

Essa comunicação alternativa era produzida e distribuída pelos estudantes e para os estudantes, mas chegava a outros segmentos sociais. No âmbito da universidade, os alternativos estavam centralizados em instituições representantes da categoria, como os

Centros Acadêmicos e Diretórios das Faculdades da Universidade Federal do Pará. Um dos periódicos que circularam durante o período marcado pelas reivindicações estudantis foi o já citado, *O Papagaio*, lançado em 1967 pelo Diretório acadêmico do Curso de Economia da Universidade Federal do Pará.

O nome *O Papagaio* foi adotado em 1968, em sua 3ª edição. Trazia no subtítulo, a justificativa do nome: “Verde-amarelo, fala muito, incomoda e não apanhada calado”. Uma referência à linha editorial do alternativo. A maioria das reportagens era escrita sob pseudônimos, entre os nomes conhecidos que escreveram para o jornal está o do professor e pesquisador da Universidade Federal do Pará, Roberto Correa.

Logo em sua primeira página, o periódico possuía uma coluna escrita pela redação chamada “Nossa opinião”. Neste espaço eram debatidos assuntos como os planos de desenvolvimento dos militares para a Amazônia; a precariedade da educação em âmbito nacional e local; economia; e direitos das minorias.

Possuía também objetivos de noticiar as ações promovidas pelo Diretório e também discutir questões relacionadas à educação, como a necessidade de um restaurante universitário, ginásio de esportes; eventos acadêmicos, como seminários, congressos, debates; e eventos culturais, como festas e feiras.

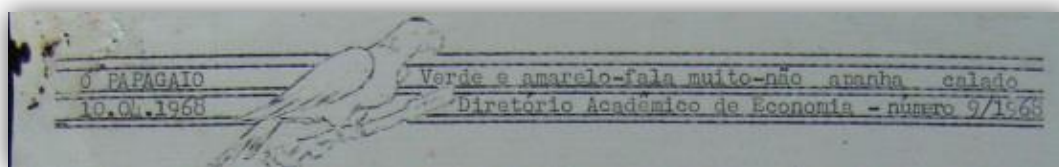
Para marcar uma posição ativa no campus do Guamá, *O Papagaio* se posicionava veementemente contra as arbitrariedades cometidas contra os estudantes e professores na Universidade. Na matéria intitulada “Sangue de herói, semente da liberdade” o alternativo destaca o poder da juventude ao ajudar a escrever a história em defesa da justiça. Assim se posiciona sobre a morte de Edson Luís:

A História se encarrega de colocar as verdades nos seus devidos lugares, de evidenciar injustiças, de perpetuar os verdadeiros heróis. E, a juventude toma a si a responsabilidade de ajudar a História, dando alguns de seus nomes em sacrifício e em defesa da justiça, para que a posteridade, já distante das emoções do momento, possa escrever esses nomes com respeito e admiração por considera-los heróis autênticos. Sangue é a palavra de ordem da ditadura sequiosa. Seus homens hoje são para nós os algozes, e amanhã, comporão para a História aquela minoria irresponsável, brutal e desumana que levou o Brasil a um retrocesso na sua busca da democracia. [...] Já os estudantes estão em luta de melhores perspectivas porque perseguem ideais de justiça, onde a igualdade e a liberdade não são apenas palavras. E, quem duvidará da vitória de quem empunha tal estandarte? Que rezem mil missas, não interessa, Edson não ressuscitará. Que se realizem passeatas de protestos e se decrete luto, nada disso modificará o que já aconteceu, a juventude de Edson já foi desperdiçada e as suas esperanças violentadas

do modo mais ignóbil. Mas, tudo isso poderá modificar o futuro que o regime atual faz prever. Edson não morreu em vão. A sua morte assim como as de todos os demais colegas sacrificados, é morte de glória, é morte que faz o povo pensar, e, em seguida, dar o primeiro passo de uma longa caminhada através de vários caminhos que levam à liberdade. (*O Papagaio*, nº 9, 1968, p. 4).

O alternativo procurava preservar a liberdade de expressão. Os textos eram reproduzidos sem alteração. Logo, não havia edição nas matérias. Assim havia textos publicados a favor do regime, como a matéria intitulada “Esperança de um regime”, que exaltava a iniciativa do golpe e considerava o governo militar uma esperança para o Brasil (*O Papagaio*, nº 7, 1968, p3). O texto era assinado por Diógenes, sem sobrenome. No rodapé do periódico era possível encontrar uma declaração a respeito das matérias publicadas, marcando a posição de *O Papagaio*: “Os artigos assinados nem sempre contêm os pontos de vista endossados pela redação, mas, sendo *O Papagaio* um jornalzinho democrático, respeita opiniões” (*O Papagaio*, Nº 14, 1968, p. 5).

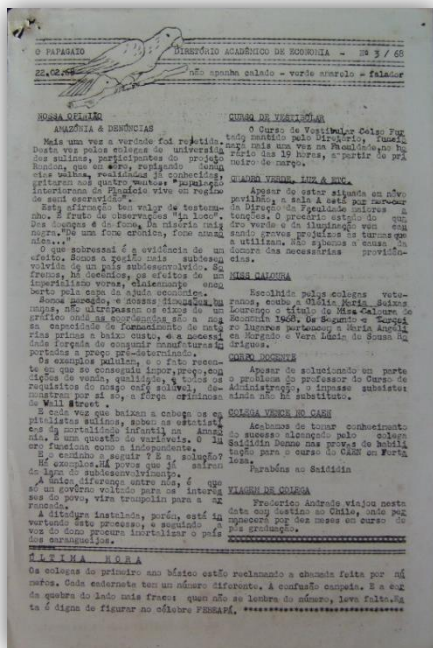
As temáticas abordadas eram diversas: educação, saúde, esporte, economia, política, cinema, teatro, literatura, música, entre outras. O jornal contou com ilustrações, em seu cabeçalho o desenho de um papagaio sempre esteve presente. Outros desenhos eram usados para ilustrar matérias.



Reprodução do periódico *O Papagaio*

Fonte: Professor Roberto Corrêa, cedidas ao projeto Mídias Alternativas na Amazônia (2014).

O periódico foi mais ativo nos primeiros anos de sua criação. No ano de lançamento (1967) contou com 18 edições, e no ano de 1968 foram 29 edições. A partir desses anos, as publicações foram perdendo periodicidade e as últimas edições encontradas são de 1970. Em 1990 o jornal voltou a ser publicado com o mesmo nome, porém com o formato diferenciado: tabloide e impressão em offset.



Edição nº3, lançada em 22 de fevereiro de 1968, e edição nº 1, ano XXIII de 1990.
Fonte: Professor Roberto Corrêa, cedidas ao projeto Mídias Alternativas na Amazônia (2014).

Lançado em 1979, o jornal *Nanico* foi criado por estudantes de diversos cursos e jornalistas recém - formados da Universidade Federal do Pará (UFPA). O alternativo possuiu “uma proposta editorial em que a motivação jornalística aparece de forma dominante” (Kucinski, 1991, p. 86). Tratava-se de um espaço de liberdade em que os recém formados podiam praticar o jornalismo, dada à censura que ainda pairava naquela época dentro das mídias e das universidades.

O *Nanico* registrava em suas reportagens questões políticas, educacionais, trabalhistas e, a partir da sua segunda edição (1979), culturais. O jornal procurava sempre manter o debate sobre temas da comunicação e do jornalismo: o mercado de trabalho, salário, estágio, censura, entre outros. Esse posicionamento pode ser observado no subtítulo do periódico: “Núcleo de apoio de notícias e ideias de Comunicação”.

No que se refere às questões estudantis, o alternativo destinava a coluna “Universidade”, em que eram publicadas matérias e pautas de luta do movimento estudantil e docente da UFPA, como o ensino nas universidades públicas, a política educacional do Ministério da Educação, eleições no Diretório Central dos Estudantes (DCE) e as bandeiras de lutas da Associação de Docentes da UFPA.

Influenciados pelas ideias do educador Paulo Freire, *O Nanico* mostrava em suas páginas toda a indignação dos professores universitários com a política educacional que vinha sendo praticada pelos governos militares. Na reportagem intitulada “Resposta ao MEC” (NANICO, 1981, N°8, p. 15) destaca-se trechos de um documento em resposta à Circular nº 81 dos militares, negando a concepção bancária de educação (Paulo Freire, 2011, p.27) que deformava a criatividade não só dos professores como também dos estudantes.

O inquietante é o fato de o MEC se mobilizar pelo caráter passional das reivindicações, que poderiam “comprometer a normalidade didática e administrativa”. Ora, nós estamos cientes de que a dita normalidade não existe, uma vez que as distorções institucionais impostas e a inação das Instituições de Ensino Superior (IES) são patentes, redundando em ensino e pesquisa nível lamentável – para não dizermos da vivência universitária distorcida.

Em (c) [*destaque referente ao documento Circular nº81*] fica claro **o que o governo quer; 1. Ensino pago; 2. Educação bancária**, onde o aluno é um mero depósito de conhecimento; **3. Educação fictícia** proporcionada pela indústria e comércio de diplomas; **4. Descaracterização da classe docente do ensino superior**, que passa a ser bico de profissionais que são mal pagos e precisam trabalhar a noite, ou que auferem benefícios do “status” de professor de faculdade; **5. Massa de manobra**, ou seja, uma comunidade passiva, não interessando uma vivência universitária que prepara indivíduos críticos. (NANICO, N° 8, 1981, p. 15, grifo nosso).

Nos estudos de Freire, para superar a educação bancária é necessário realizar a “curiosidade epistemológica, sem a qual não alcançamos o conhecimento cabal do objeto.” (Paulo Freire, 2011, p.27). Somente com a curiosidade epistemológica se dar a volta por cima na concepção autoritária e bancária de se pensar a educação.

Ainda sobre as temáticas estudantis, o jornal dava destaque a reportagens sobre às eleições da nova diretoria que assumiria o Diretório Central de Estudantes da UFPA (DCE) no ano de 1981. A chapa vencedora foi a “Pra sair dessa maré”, com 3002 votos e tinha como integrantes os estudantes Paulo Ribeiro (Direito), Edilza Fontes (CA de História), Aloysio Guapindaia (CA de Ciências Sociais), Lucidéia (CA de Serviço Social), entre outros discentes. (NANICO, N° 8, 1981, p. 19).

O Nanico trouxe em encarte especial uma entrevista com o jornalista Raimundo Pereira, um dos mais importantes jornalistas de oposição no Brasil naquela época. (NANICO, N° 8, ano 3, 1981, p. 07-14). Na entrevista, Pereira falou sobre as mídias

alternativas, democráticas e populares, como o jornal que ele mesmo criou no Instituto Tecnológico da Aeronáutica - ITA, local onde estudou de 1961 a 1964, ano em que foi expulso. A expulsão, segundo Raimundo Pereira, ocorreu em duas tentativas, e foram motivadas pela criação de um jornal interno na escola.

Sem especificar o nome do jornal, Pereira ressaltou que ele dirigia o informativo, e foi ameaçado de expulsão da escola devido à publicação do artigo “*Proposta para o Brasil: dissolução das forças armadas*”. A segunda tentativa de expulsão ocorreu quando o jornal publicou o artigo “*Consideração estética sobre a vida amorosa no ITA*”, que abordava sobre masturbação, revistas eróticas, perseguição às filhas dos oficiais, entre outros assuntos. Segundo Pereira, o jornal fez tanto sucesso que até mesmo as filhas dos militares procuraram pelo jornal com o interesse de ler. (NANICO, Nº 8, ano 3, 1981, p. 07-14).

No que se refere ao alternativo *Nanico*, as reportagens e entrevistas presentes no periódico possuíam a característica de ser longas e analíticas. A equipe do jornal possuía diversos colaboradores que mudavam a cada edição, somente os editores eram fixos, eram eles: Marcos Soares e Ana Petrucelli, Rosa Leal e o diagramador Orly Bezerra. O *Nanico* possuiu 9 edições.



Edições nº 4 de abril de 1981 e nº 8 de maio de 1981.

Fonte: Museu da Universidade Federal do Pará. Foto do acervo do Projeto Mídias Alternativas na Amazônia (2012).

Outro alternativo que se destaca neste período foi o jornal *Alternativa*. Lançado em 1977 por estudantes UFPa, o jornal *Alternativa* era um órgão dos Diretórios Acadêmicos Socioeconômicos, Biomédico e Ciências Humanas. Nas suas páginas também destacava as lutas estudantis no Brasil e na Universidade Federal do Pará no período do Regime Militar de 1964, o controle e a vigilância pelo regime da categoria, as perseguições a universitários e professores, enfim a política educacional autoritária do Governo Federal para as universidades públicas.

O jornal realizou matérias sobre as dificuldades enfrentadas pelos alunos da UFPa do Curso de Odontologia em assistir aula por falta de material. A única edição encontrada do alternativo, a de número 02, de 1977, deu destaque para o crescimento da organização do movimento estudantil no país como São Paulo, Porto Alegre, Rio de Janeiro. A capa trazia manchete: A luta estudantil (*Alternativa*, N° 2, 1977, capa). Ainda nessa edição publicou matéria sobre a luta por eleições livres no Diretório Central dos Estudantes-DCE. *O Alternativa* acabou na terceira edição de acordo com o jornalista Paulo Ferreira, que autorizou a equipe do projeto Mídias Alternativas a fotografar o exemplar.



Edição nº 2 de 1977

Fonte: Jornalista Paulo Ferreira. Foto: Projeto Mídias Alternativas na Amazônia, 2012.

Considerações Finais

Após 1º de abril de 1964, o Brasil ingressou no período considerado por muitos estudiosos como o mais sofrido e obscuro da história do país. Sob o governo militar, as pessoas contrárias ao regimes sofreram perseguições, assassinatos, torturas e tiveram direitos civis violados. Apesar disso, o silêncio não foi predominante diante da repressão. Diversos movimentos sociais foram articulados contra a Ditadura: passeatas estudantis e operárias, movimentos rurais e mobilizações de várias classes populares.

Especificamente sobre a luta estudantil, universitários e professores da UFPa tiveram uma parcela de luta importante no processo de redemocratização do país, utilizando, para isso, canais alternativos de comunicação. Por essa imprensa, chegavam informações dos torturados, dos assassinados pelo regime, dos subversivos que não podiam dar aula no campus do Guamá e também notícias sobre a educação bancária imposta pelos militares às universidades. Portanto, cabe-nos refletir sobre a importância da luta do movimento estudantil e de sua imprensa alternativa em prol de uma universidade mais democrática e plural, que respeite a autonomia de alunos e professores.

Os jornais alternativos da categoria são importantes documentos da história do movimento estudantil paraense. Por meio desses periódicos, muitos perdidos pelo tempo, (re)conhece-se nomes de pessoas que lutaram pela democracia do país e da Amazônia. Uma história ainda desconhecida da sociedade. Portanto, nesses 30 anos de democracia do Brasil, os assassinatos de estudantes como Edson Luís, César Moraes Leites e tantos outros sindicalistas, jornalistas, políticos de esquerda que a ditadura ainda esconde, precisam ser lembrados para que esse período histórico do país não volte mais acontecer.

O projeto de pesquisa Mídias Alternativas na Amazônica busca, através das pequenas formas de comunicação alternativa, estudar, sistematizar e documentar as lutas e nomes daqueles que tiveram a voz silenciada, tentando recuperar uma memória para que cada vez mais se avance no fortalecimento da democracia na região.

Referências

ANTUNES, Ricardo; RIDENTI, Marcelo. **Operários e Estudantes contra a Ditadura: 1968 no Brasil**. Mediações: Revista de Ciências Sociais. Vol. 12. N.2. 2007. Dossiê: 40 anos de Maio de 68. Disponível em < <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/3319> >. Acesso em: 18 de novembro 2014.

BADARÓ, Celeste Cristina Machado. **Os quarenta anos do Maio de 1968**. Conjuntura

Internacional, PUC Minas, 2008. Disponível em <http://www.pucminas.br/imagedb/conjuntura/CNO_ARQ_NOTIC20080521091012.pdf?PHPS ESSID=dc150b021408f92d9ac7940a1755f89d> Acesso em: 18 de novembro de 2014.

BRITO, Luciano Antonio da Cruz. **Ditadura Militar e Movimento Estudantil**: o episódio do pavilhão Fb-2 na UFPA (1964-1985). Trabalho de Conclusão de curso. Belém, 2004.

FONTES, Edilza Joana Oliveira. **O dever de memória e documentação sobre a ditadura civil-militar na Universidade Federal do Pará**. Acervo: revista do arquivo nacional, v. 27, n. 1, p. 280-292, 2014. Disponível em <<http://www.revistaacervo.an.gov.br/seer/index.php/info/article/view/663/564>>. Acesso em 16 de abril de 2015.

_____. UFPa Multimídia. A UFPa e os anos de Chumbo: Memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985). FONTES, Edilza Joana Oliveira. **Entrevista com Jesus Paes Loureiro**. Consultar. <http://www.multimidia.ufpa.br/jspui/handle/321654/1279?mode=full> . Acesso 04. Maio 2015.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. Saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra. 2011.

KUCINSKI, Bernardo. Panorama da Imprensa Alternativa no Brasil (1964-1980). In: **Jornalistas e Revolucionários: Nos tempos da imprensa alternativa**. 2ª ed. Edusp, 2001. Edição Digital: EccentricDuo. Disponível em: <http://www.nacorrenteza.jor.br/blog/wp-content/uploads/2012/02/jornalistas-e-revolucionarios-kucinski.pdf>. Acesso em: 16 de abril de 2015.

MACHADO, Ismael. **Golpe, contragolpes e guerrilhas**: o Pará e a Ditadura Militar: livro-reportagem. Belém: IAP, 2014.

MORAES, Mário Sérgio de. **50 anos construindo a democracia: do golpe de 64 à comissão nacional da verdade**. São Paulo: Instituto Vladimir Herzog, 2014.

MONTEIRO, Raimunda. **Informação e Redes de Interação no Novo Ciclo de Mobilizações dos Pequenos Agricultores da Transamazônica**. Curso Internacional de Mestrado em Planejamento de Desenvolvimento. Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – NAEA, Belém – PA, 1996.

ALVES, Isidoro. NUNES, André Costa. GALVÃO, Pedro. PAES LOUREIRO, João de Jesus. BARATA, Ronaldo. SERÁFICO, José. CORTEZ, Roberto. BARATA, Ruy Antônio. 1964, **Relatos Subversivos: os estudantes e o golpe no Pará**. 2. ed. Belém: Samauma Editorial, 2014.

PERUZZO, Cicilia M.K. **Aproximações entre Comunicação popular e comunitária e a imprensa alternativa no Brasil na era do ciberespaço**. In: XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Natal-RN, 2008.

PINA, Fabiana. **Acordo MEC-USAID: ações e reações (1966-1968)**. In: XIX Encontro Regional de História: poder, violência e exclusão. São Paulo – SP, 2008.